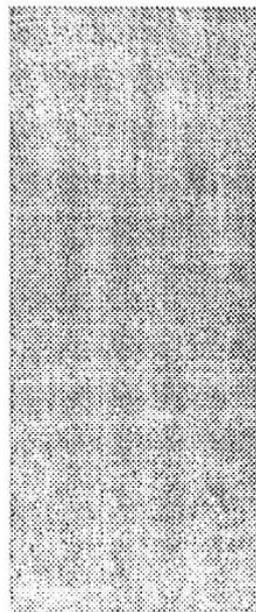


Sonia Chébel Mercado Sparti ()*

Construindo a identidade masculina e feminina

(*) Professora de Psicologia Geral, da Personalidade e da Educação na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e de Psicologia da Educação na UNISO (Universidade de Sorocaba).



RESUMO

O artigo focaliza o processo de construção da identidade, partindo do mito da “natural” superioridade masculina contraposto à “natural” inferioridade feminina, fornecendo argumentos que possibilitam concluir que essas características não são biologicamente determinadas, mas culturalmente produzidas. Sendo, então, os estereótipos sexuais passíveis de mudança, em lugar de serem perenes e universais, a autora aponta a educação escolar como um privilegiado caminho no fortalecimento dessa mudança.

ABSTRACT

This article focuses the process of identity building up springing from the myth of “natural” male superiority opposed to “natural” female inferiority. Arguments are offered that lead to the conclusion that these characteristics are not preset biologically, but culturally produced.

Sexual stereotypes, instead of being long lasting and universal, are subjected to changes, and the author points at school education as a privileged way to strengthen these changes.

Embora o foco deste estudo não seja fazer um levantamento das diferentes visões a respeito da natureza feminina e masculina, no decorrer da história da humanidade, considere necessário inserir neste trabalho, algumas afirmações de alguns estudiosos, por serem considerados expoentes em suas respectivas áreas de atuação e terem influenciado, sobremaneira, o pensamento de sua época. E essas influências culturais, sobretudo as greco-romana e européia, chegaram até nós, principalmente, através dos colonizadores portugueses, acabando por orientar tanto os usos e costumes quanto a produção literária, incluindo a elaboração dos livros didáticos utilizados nas escolas.

As citações que seguem, formuladas por filósofos, cientistas, estadistas, teólogo e até educadores, foram selecionadas da obra de Yolanda Thomé (1967) e de Tama Starr (1993), e do artigo de Bonalume Neto (1989) e, certamente, produzirão risos e/ou indignação nos leitores e leitoras de hoje, mas afiguram-se como excelente ponto de partida no estudo da gênese das estereotípias sexuais masculinas e femininas, ainda tão arraigadas entre nós.

* “É a lei da natureza que a mulher deva ser mantida sob o domínio do homem” (**Confúcio**. 500 a.C.)

* “Sendo dupla a natureza humana, a parte melhor deve doravante ser chamada ‘homem’” (**Platão**. Timeu. 360 a.C.).

* “Os homens covardes que foram injustos durante a sua vida serão, muito provavelmente, metamorfoseados em mulheres quando se reencarnarem” (**Platão**. A República, 5º livro).

* “A fêmea é fêmea em virtude de uma certa falta de qualidades (...) Pois a fêmea é, por assim dizer, um macho mutilado e o catamênio (fluido menstrual) é sêmen, só que não puro; pois apenas uma coisa ele não contém, que é o princípio da alma. (...) Enquanto o corpo vem da fêmea, é a alma que provém do macho. (...) Nos seres humanos, o feto fêmea não é aperfeiçoado de forma igual ao do macho. (...) Pois as fêmeas são mais fracas e mais frias por natureza e devemos encarar o caráter feminino como uma espécie de deficiência natural” (...) (**Aristóteles** (384-322 a.C.). Da geração dos animais. Século IV a. C.).

* “As mulheres são todas um bando de abutres” (**Gaio Petrônio**. Satyricon. Século I d.C.).

* “A mulher é um ser acidental e falho...O seu destino é de viver sob a tutela do homem; de si mesma ela não tem autoridade alguma” (**Santo Tomás de Aquino**. 1225-1274).

* “As meninas começam a falar e ficam em pé mais cedo que os meninos porque as ervas daninhas sempre crescem mais rápido “ (**Martinho Lutero**. *Conversas à mesa*. 1533).

* “O marido tem, por lei, poder e domínio sobre a mulher, e pode mantê-la à força, dentro dos limites do dever, e pode surrá-la, mas não de maneira violenta ou cruel” (**Sir Francis Bacon**. *Máximas da lei*. 1630).

* “As mulheres evitam o mal não apenas porque é errado, mas porque é feio. (...) Nada de dever, nada de compulsão, nada de obrigação! (...) Elas fazem algo apenas por prazer. (...) Não posso acreditar que o belo sexo seja capaz de princípios” (**Immanuel Kant**. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. 1764).

* “Toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens... A mulher é feita para ceder ao homem e suportar suas injustiças” (**Jean Jacques Rousseau**. 1712-1778).

* “A natureza fez da mulher a nossa escrava...Ela pertence ao homem como as frutas da árvore ao horticultor. É preciso poupar a fraqueza de seus cérebros¹ e ensinar-lhes apenas o necessário para evitar uma ignorância crassa. Que idéia louca exigir igualdade para as mulheres! (...) As mulheres não são mais do que máquinas para produzir filhos” (**Napoleão Bonaparte**. 1817)².

* “O homem tem sua verdadeira vida essencial no Estado, nas ciências e coisas assim, na batalha e na luta com o mundo externo e consigo mesmo. (...) A mulher tem seu verdadeiro lugar substantivo na família. (...) Homens e mulheres diferem tanto quanto plantas e animais. Os homens e os animais são correlatos, assim como as mulheres e as plantas; pois as mulheres são mais plácidas e sempre retêm a unidade de sentimento e emoções informe e indeterminada” (**Georg Wilhelm Friedrich Hegel**. *Filosofia do Direito*. 1821).

* “A principal distinção nos poderes intelectuais entre os dois sexos é evidenciada pelo fato de o homem adquirir maior eminência do que a mulher, no que quer que empreenda - quer a tarefa exija pensamentos profundos, razão, imaginação ou até mesmo o simples uso dos sentidos e das mãos.” (**Charles Darwin**. *A descendência do homem e a seleção em relação ao sexo*. 1871).

* “Todos os psicólogos que estudaram a inteligência das mulheres, assim como os poetas e romancistas, reconhecem hoje que elas representam as formas

1. O historiador Tito Livio Ferreira (1966) relata que na Capitania de São Vicente, pais e professores decidiram ministrar educação diferenciada para meninos e meninas. Enquanto os primeiros estudavam História, Matemática, Línguas e Literatura, as segundas eram alfabetizadas o suficiente para serem capazes de recitar suas orações e copiar a receita de goiabada. “Para que mais?”, perguntavam.

2. É importante ressaltar que o Código de Napoleão embasou várias constituições brasileiras.

mais inferiores da evolução humana e que estão mais próximas das crianças e selvagens do que um homem adulto civilizado” (**Gustave Le Bon**, 1879, cientista francês, um dos fundadores da Psicologia Social).

* “A educação das mulheres para profissões como administração pública, filosofia ou pesquisa científica, em que alguns poucos indivíduos talentosos são requeridos pela sociedade é menos necessária do que a educação para profissões tais como enfermagem, ensino, medicina ou arquitetura, em que o nível médio é essencial” (**Dr. Edward L. Thorndike**. *Sexo na Educação*, 1906).

Como ilustram essas afirmações, durante muitos séculos, características tais como emotividade, dependência, fragilidade, passividade, conformismo, insegurança, vaidade e submissão foram consideradas “naturalmente” femininas, enquanto agressividade, independência, coragem, decisão, segurança, dominância e inteligência foram denominadas características “naturalmente” masculinas.

O mito da “natural” superioridade masculina contraposto à “natural” inferioridade feminina, lembra Marília Graciano (1975), era elaborado em termos de diferenças biológicas - **determinismo biológico** - o que acabava contribuindo, pelo menos em parte, para manter a mulher conformada e confinada à sua situação de inferioridade. As diferenças biológicas existem, afirma Elena Belotti (1979), mas não justifica traduzi-las culturalmente em diferenças sociais, que dão a entender que o homem é superior à mulher, porque é importante apontar que, freqüentemente, **as diferenças entre pessoas do mesmo sexo são maiores do que as diferenças entre pessoas de sexos diferentes**.

É interessante lembrar que foi John Stuart Mill, a partir da publicação da obra “**A sujeição das mulheres**”, em 1869, o primeiro estudioso a contestar o conceito de “natureza feminina”, demonstrando que as chamadas características femininas eram o lógico produto de um determinado contexto histórico, cultural e social.

No entanto, foi somente a partir da década de 30, já neste século XX, que várias pesquisas realizadas por antropólogos, sociólogos e psicólogos sociais foram evidenciando, claramente, que as diferenças entre as características masculinas e femininas não eram **biologicamente determinadas, mas culturalmente produzidas**. É falso afirmar que “homem dirige carro melhor que mulher. Como é igualmente falso que no pretense “campo de domínio feminino” a mulher seja superior ao homem. Apenas tendemos a executar melhor aquilo que treinamos mais”, argumentam Antonio Carlos e Marga Egypto (1985, p. 50).

Essas afirmações estão embasadas em diversas pesquisas e, dentre os estudos antropológicos, as descobertas de Ralph Linton e Margaret Mead são particularmente significativas.

Ralph Linton (1971) descobriu que “enquanto em algumas sociedades as mulheres fazem a maior parte do trabalho manual, em outras, como nas ilhas Marquesas, cozinhar, tomar conta da casa e cuidar das crianças são ocupações próprias dos homens” (pp. 131-132).

Por sua vez, Mead (1969), estudando três diferentes sociedades tribais na Nova Guiné, observou que entre os Mundugumor, uma criança nascida com o cordão umbilical em volta do pescoço é considerada uma artista nata. E toda sua educação é direcionada para dela fazer uma pessoa com capacidades artísticas. Nós, brasileiros/as, provavelmente sentimo-nos até importantes e superiores aos Mundugumor, porque “sabemos que aptidões artísticas não são correlatas a um fato biológico como o do quase estrangulamento ao nascer” (Clarice Mota, 1981, p.40). Entretanto, os Mundugumor poderiam também estranhar o costume de correlacionarmos algumas características como a agressividade, dominância e segurança, às pessoas nascidas com o aparelho genital masculino e, outras, como submissão, passividade, insegurança e vaidade, às que nasceram com o aparelho genital feminino. Isso ocorre porque ainda faz parte da nossa cultura, como foi dito anteriormente, acreditar que certas características são “naturalmente” masculinas, enquanto outras são “naturalmente” femininas.

Prosseguindo seus estudos, Margaret Mead (1969) encontrou uma cultura onde as mulheres eram mais agressivas do que os homens, e outra, onde tanto homens quanto mulheres apresentavam pequena agressividade. E entre os Tchambuli, também da Nova Guiné, ela observou uma inversão dos nossos estereótipos sexuais: “os homens agem segundo o nosso estereótipo para mulheres, são fingidos, usam cachos e vão às compras, enquanto as mulheres são enérgicas, administradoras, parceiras desordenadas” (Mead, 1969, p.10).

Se foi possível evidenciar, a partir dessas e de outras observações, argumenta Margaret Mead (1969), que as atitudes temperamentais tradicionalmente consideradas femininas, em nossa sociedade, podem ser tão facilmente estabelecidas como masculinas em determinada tribo e, numa outra, serem consideradas indesejáveis à maioria das mulheres e dos homens, não temos mais nenhuma base para considerar tais aspectos do comportamento como decorrentes do sexo biológico. E conclui dizendo que “a cultura atribui arbitrariamente certos traços humanos às mulheres e imputa outros, da mesma forma arbitrária, aos homens” (Mead, 1969, p. 275).

As recentes análises de Humberto Maturana (1994), endossando as conclusões de Margaret Mead, ressaltam que não podemos falar de determinismo biológico, porque somos seres biológicos que existimos num espaço cultural. Textualmente, diz ele que “las diferencias sexuales de hombre-mujer son biológicas, pero cómo la vivimos es un fenómeno cultural” (...) (p.13).

Entretanto, durante a maior parte da história da humanidade, afirma Humberto Maturana (1994), homens e mulheres viveram numa **cultura matrística**, isto é, numa cultura na qual homens e mulheres podiam participar de um modo de vida centrado numa cooperação não hierárquica, numa relação de participação e confiança. Nessa cultura não havia oposição entre homens e mulheres, nem subordinação de um ao outro.

No entanto, prossegue Humberto Maturana (1994), a arqueologia nos mostra que a cultura matrística europeia pré-patriarcal foi brutalmente destruída pelos povos pastores patriarcais - os indo-europeus, que lá chegaram entre 7000 e 6000 anos atrás e, desse encontro, foi se formando a **cultura patriarcal europeia**, que chegou até nós. O pensamento patriarcal é essencialmente linear, ocorrendo num cenário caracterizado pela hierarquia, autoridade, obediência e controle, e subordinando a mulher ao homem, como se existisse uma oposição intrínseca entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres são vistas como fontes de perversidade, enquanto os homens são vistos como fontes de virtude. Mas como o patriarcado é um modo de viver, um espaço psíquico, uma cultura, é possível de ser vivido pelas pessoas dos dois sexos, pois “hombres y mujeres pueden ser patriarcales así como hombres y mujeres pueden ser, y han sido, matrísticos” (p. 37).

Por último, Humberto Maturana (1994) afirma que, se quisermos recuperar a colaboração não hierárquica da relação homem-mulher, teremos que criar um espaço psíquico neo-matrístico, em que as diferenças de sexo sejam somente diferenças de sexo.

É interessante relacionar essa afirmação de Humberto Maturana (1994) com as descobertas de Marina Massimi (1986 e 1990), em relação ao papel social da mulher no Brasil do século XVIII. Conforme aponta-nos Marina Massimi (1986), “o papel social da mulher constitui um elemento de diferença entre a cultura indígena e a cultura portuguesa” (p. 107), pois, enquanto em algumas tribos, a mulher índia chega a assumir cargos de chefia, a mulher portuguesa, da época, vive situação de enclausuramento e sofre o estigma da inferioridade, características da sociedade patriarcal europeia, no dizer de Humberto Maturana (1994).

As informações sobre a função social e o comportamento da mulher índia “apontam para a relevância do papel por ela ocupado na vida da comunidade (...) Ela detém a memória da história e o poder de reevocá-la como cultura e expressão da identidade da aldeia” (Marina Massimi, 1990, p.12). Na família indígena não há uma divisão rigorosa de papéis na relação com os filhos, e as mulheres participam, juntamente com os homens, de todos os trabalhos, festas, danças e rituais da comunidade.

O choque entre essas duas culturas (a indígena e a portuguesa) manifesta-se após a colonização, com relação à questão da educação feminina e, no século XVIII, permanece na discussão acerca das capacidades intelectuais da mulher. Mas desde o século XVI, os jesuítas (principalmente Nóbrega), valorizando a visão indígena, e opondo-se ao governo da Metrópole, que proibia a escolarização feminina, vinham lutando a favor da educação da mulher.

É interessante notar que o filósofo autodidata Feliciano Joaquim de Sousa Nunes (Rio de Janeiro, 1734-1808), preocupado em refutar o preconceito acerca dos dotes intelectuais da mulher, conforme relata Marina Massimi (1986), afirma que o motivo da aparente inferioridade mental da mulher, não é sua constituição natural, mas a falta de instrução, apresentando, as mulheres, a mesma aptidão e capacidade de entendimento e discurso encontrada nos homens, podendo até excedê-los, se tivessem oportunidade de se dedicar às ciências e às artes, como eles se dedicam.

De acordo com Marina Massimi (1986), a importância dessa afirmação “não está apenas no reconhecimento da dignidade intelectual da mulher e na reivindicação de seu direito à instrução para a utilidade pública, mas também no apontar o possível componente ideológico de um saber que se ocupa da medição e da avaliação da “inteligência”. Neste, como em outros casos, o juízo de inferioridade mental acaba por justificar um estado de sujeição cultural” (p.110).

Para finalizar, considero fundamental ressaltar que a situação da mulher figura entre os parâmetros a serem considerados na avaliação do desenvolvimento humano de um país, seja ele industrializado ou em desenvolvimento, conforme apontamos o mais recente Rapport Mondial Sur le Développement Humain (1993):

Essa publicação indica, por exemplo, com relação aos países em desenvolvimento, no rol dos quais o Brasil está incluído, que a taxa de escolarização no ensino secundário, para meninas, passou de 17%, em 1970, para 36%, em 1990 (indicador de progresso), mas ainda as mulheres representam 2/3 do total de analfabetos (indicador de déficit). Por outro lado, nos países industrializados, as mulheres constituem, atualmente, mais de 40% da mão-de-obra total (indicador de progresso); em contrapartida, as mulheres ocupam apenas 10% das cadeiras parlamentares (indicador de déficit).

Até mesmo no Japão, que apresenta um dos mais elevados índices de desenvolvimento humano, a desigualdade entre homens e mulheres é acentuadamente profunda, como exemplificam os dados a seguir, expressos no Capítulo 2 do Rapport Mondial Sur le Développement Humain (1993):

- a taxa de inscrição das mulheres no ensino superior representa apenas 2/3 daquela dos homens;

- em matéria de emprego, as mulheres estão em extrema desvantagem: o salário médio das mulheres não representa mais do que 51% do dos homens;
- as mulheres não ocupam mais do que 7% dos cargos de administração e de direção;
- atualmente, apenas 2% dos deputados são mulheres e não há nenhuma mulher no cargo de ministro;
- em caso de divórcio, o homem pode se (re)casar imediatamente, mas a mulher deve aguardar 6 meses.

Por esses e outros dados, notadamente os mais recentes sobre a situação da mulher no Brasil de hoje, publicados pela Revista Veja (ago/set. de 1994), em edição especial sobre a mulher, eu estou cada vez mais convencida de que, enquanto o fato de as mulheres atuarem na administração pública ou desempenharem variadas atividades profissionais (como dirigir caminhões, pilotar aviões a jato, administrar universidades e/ou empresas multinacionais, ou integrar a magistratura, dentre outras), *for motivo para surpresa e admiração e for considerado matéria de destaque no noticiário da imprensa escrita, falada ou televisada*, no Brasil e no exterior, a humanidade ainda está muito distante de cotidianamente vivenciar o período neomatrístico, e os benefícios decorrentes desse modo de viver.

Identidade e papéis sexuais

Em decorrência das constatações apontadas acima, os papéis que as pessoas desempenham na sociedade, em função do sexo biológico que possuem, também não são instintivos, inatos ou intuitivos, mas socialmente dispostos através da cultura.

John Money (1981), psicólogo clínico conhecido por suas pesquisas sobre sexualidade humana, considera que a identidade sexual e o papel sexual não são duas entidades distintas, porém aspectos diferentes da mesma entidade: a nossa identidade sexual é a experiência interna do nosso papel sexual; o nosso papel sexual é a expressão da nossa identidade sexual. Para ele, o termo “identidade/papel sexual” enfatiza esta unidade.

E prossegue John Money (1981): “O rótulo ‘menino’ ou ‘menina’ porém, tem uma força tremenda como profecia auto-realizadora, pois joga todo o peso da sociedade de um lado ou de outro, à medida que o recém-nascido se aproxima da encruzilhada da identidade sexual, o ponto crítico mais decisivo de todos” (p. 77).

Concordando com John Money, acrescenta Carmen Barroso (1977) que, desde o nascimento, a vida de cada um de nós é profundamente afetada pelas expectativas que nos cercam. De maneira variada e até sutil, somos levados a

desenvolver os interesses, aptidões e traços considerados “próprios” ao nosso sexo. “Ao ser manipulada para atingir determinada expectativa, decorrente do papel sexual, a pessoa é impedida de seguir suas inclinações naturais e realizar-se em harmonia com suas características individuais próprias. E é condenada a repetir mediocrementemente o padrão esperado. Ou será fatalmente discriminada, por ousar ‘ser diferente’”, lembra-nos Antonio Carlos e Marga Egypto (1985, p. 49).

Ainda sobre a força das expectativas, Elena Belotti (1975) relata interessante exemplo:

Uma senhora ainda jovem me contava que se recordava bem perfeitamente do agudo sentimento de culpa que experimentara, aos sete anos, surpreendendo sua mãe a se lamentar diante de uma amiga, que ela não gostava de brincar com bonecas. Desde então se esforçou por fazê-lo, desejosa como estava de corresponder a todo o custo às expectativas da mãe, de ser aprovada por ela e agradar-lhe, mas continuara preferindo os jogos de movimento (p. 78).

É por esse motivo que considero as expectativas uma forma “branda”, isto é, indireta, de pressão social.

Como ocorre o processo de assimilação dos papéis? Através do processo de socialização, que se inicia a partir do nascimento. E o processo de socialização, em nossa sociedade, como lembra Maria Amélia Azevedo Goldberg (1986), “é dirigido por estereótipos que, embora questionados há algum tempo, são os que comandam nossa definição em termos de identidade e de papel” (p. 94).

Os estereótipos sexuais que os pais consideram adequados são transmitidos, desde que a criança nasce, pela maneira e cor de como é vestida, brinquedos que ganha, comportamentos que é incentivada a apresentar e expectativas que aprendeu a corresponder, de tal maneira que os meninos e as meninas vão sendo moldados a desempenhar papéis sexuais muito diferentes, conforme Marília Graciano (1975) pode evidenciar em seus estudos. E, em nossa cultura, os traços estereotipicamente masculinos ainda são percebidos como mais desejáveis que os femininos.

Várias pesquisas citadas por Carmen Barroso (1975) procuraram investigar a existência (ou não) de diferenças sexuais relativas à motivação, auto-estima, aprendizagem, escolhas profissionais e correspondências às expectativas, chegando às seguintes conclusões:

- * as meninas que já internalizaram os estereótipos sociais dominantes consideram que feminilidade e competência são objetivos desejáveis, mas mutuamente exclusivos;
- * os estereótipos sexuais freqüentemente são utilizados para justificar o emprego de mulheres em tarefas monótonas e repetitivas, características de profissões de menor prestígio social e baixa remuneração;

- * as mulheres recebem avaliação mais baixa, ainda quando apresentam trabalho de igual qualidade, mesmo que a avaliação seja feita por mulheres;
- * o sucesso de um homem tende a ser atribuído, por terceiros, à sua habilidade, e o da mulher, à sorte, constatação que ratifica a afirmação de Margaret Mead (1969) de que o homem torna-se assexuado pelo fracasso, e a mulher, pelo sucesso.

Até aqui foi sendo argumentado que os estereótipos sexuais são culturalmente estabelecidos, o que significa dizer que eles não são fixos, imutáveis e perenes, mas, ao contrário, passíveis de mudança. E, embora esses estereótipos estejam enfraquecendo há anos, ainda não perderam totalmente a sua força, porque, como lembra-nos John Money (1981), para algumas pessoas, eles são obsoletos, mas para outras, são considerados invioláveis.

Concordando com John Money, mas buscando maneiras de enfraquecer esses estereótipos, Elena Belotti (1979), educadora italiana que tem pesquisado o papel da família e da escola na formação da identidade de meninos e meninas, enfatiza que não devemos “formar as meninas à imagem e semelhança dos meninos” (p.10), mas restituir a cada pessoa que nasce, a possibilidade de desenvolver-se do modo que mais lhe convém, independentemente do sexo a que pertence, uma vez que não existem características “naturalmente” masculinas ou femininas, mas somente características humanas.

Esse procedimento educacional será benéfico para homens e mulheres e para a própria vida em comum. E, embora Carmem Barroso (1975) acredite que essa mudança das percepções e dos papéis sexuais possa ser longa e difícil, ressalta que “os benefícios que daí podem advir para todos nós certamente serão maiores que as dificuldades enfrentadas” (p. 137).

E na ótica de Antonio Carlos e Marga Egypto (1985), com a qual concordo, um caminho para fortalecer a mudança é através da educação, pois torna-se necessário que “os educadores revejam seus conceitos e sua atenção junto às crianças e aos adolescentes, no sentido de evitarem passar adiante os mesmos modelos aprendidos de seus pais” (p.50).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da psicologia para sua mudança. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, p.135-37, jul. 1975.
- _____. Diferenças sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, n. 21, p. 47-60, jun. 1977
- BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão: o descondicionalismo da mulher**. 2.ed, Petrópolis: Vozes, 1979.
- BONALUME NETO, Ricardo. Preconceitos raciais e machismo fazem parte da história da ciência. **Folha de S. Paulo**, 19 maio 1989, Caderno G, p.6.

- EGYPTO, Antonio Carlos, EGYPTO, Marga Moura. Papéis sexuais. In: BARROSO, Carmen, BRUSCHINI, Cristina. **Sexo & juventude**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FERREIRA, Tito Lívio. **História da educação lusobrasileira**. São Paulo: Saraiva, 1966.
- GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual: uma proposta, um desafio**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- GRACIANO, Marília. Contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, p. 145-50, dez. 1975.
- LINTON, Ralph. **O homem: uma introdução à antropologia**. 8.ed. São Paulo: Martins, 1971.
- MASSIMI, Marina. As origens da Psicologia Brasileira em obras do período colonial. In: GUEDES, Maria do Carmo (org). **História da psicologia**. São Paulo: EDUC, 1986. (Série Cadernos PUC/SP, 23).
- _____. **História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990.
- MATURANA, Humberto R., VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amor y juego: fundamentos olvidados de lo humano**. 2.ed. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, ene. 1994.
- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MONEY, John, TRUCKER, Patricia. **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTA, Clarice N. Os estereótipos sexuais e a antropologia. In: TOLEDO, Regina Antônia G. de et al. **A dominação da mulher: os papéis sexuais na educação**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MULHER; A grande mudança no Brasil. **Veja**, v. 27, ago./set. 1994
- RAPPORT MONDIAL SUR LE DÉVELOPPEMENT HUMAIN. PNUD (Programme des Nations Unies pour le développement). Paris: Economica. 1993.
- STARR, Tama. **A voz do dono: cinco mil anos de machismo e misoginia**. São Paulo: Ática, 1993.
- THOMÉ, Yolanda Bettencourt. **A mulher no mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 1967.